



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/06/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. SEM ASSUNTO.....	2
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	4
3.2. COMARCAS.....	5
3.3. DECISÕES.....	6 - 7
3.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	8
3.5. JUIZADOS ESPECIAIS.....	9
4. JORNAL EXTRA	
4.1. PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	10
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	11
5.2. DESEMBARGADOR.....	12 - 16
5.3. SINDJUS.....	17
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. DESEMBARGADOR.....	18
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	19
7.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	20
7.3. PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	21

Centro de Tratamento

O desembargador Froz Sobrinho e o presidente Fábio Nahuz na inauguração do Centro de Tratamento de Resíduos MAXTEC. Na próxima semana, o desembargador Froz e o presidente Fábio retomarão as ações do projeto Começar de Novo nas empresas de construção civil, que tem o objetivo de promover ações para ressocialização de presos e egressos do sistema prisional, com a criação de oportunidades de trabalho e de reeducação social e profissional, visando a redução das taxas de reincidência criminal.

Novo Empreendimento



O secretário adjunto de Desenvolvimento Sustentável de São Luís, Pablo Rebouças, o secretário adjunto da secretaria municipal de Meio Ambiente, Roberto Furtado, a secretária municipal de Meio Ambiente, Maluda Fialho, o desembargador Froz Sobrinho, o defensor público geral, Werther de Moraes Lima Júnior, o diretor da MAXTEC, Rogério Souza, o Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Marcelo Coelho, o presidente da FIEMA, Edilson Baldez das Neves e o presidente do Sinduscon-MA, Fábio Nahuz na recente inauguração do Centro de Tratamento de Resíduos MAXTEC, localizado no km 19 da BR 135, nas proximidades de Pedrinhas. Baldez destacou em sua fala na solenidade de inauguração a importância do empreendimento para o meio ambiente e a criação de novos postos de trabalho.

2º Casamento Comunitário será realizado dia 9 em Davinópolis

96 casais estão habilitados para cerimônia

Divulgação



2º Casamento Comunitário de Davinópolis será realizado na Igreja Vida, no Centro

Encerrado na semana passada o período de inscrições para o 2º Casamento Comunitário de Davinópolis. A solenidade será realizada na próxima quinta-feira (9), a partir das 14h, na Igreja Vida, localizada na rua Mensageiro da Paz, no Centro.

A secretária municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), Marinalva Barbosa Melo, informa que o evento é promovido em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e a Prefeitura de Davinópolis.

Segundo ela, o projeto possui grande relevância social ao contemplar a regularização do estado civil de casais hipossuficientes que já vivem maritalmente. "A iniciativa simboliza a proteção da família, a ampliação dos direitos pat-

rimoniais, sucessórios e previdenciários", frisa.

Marinalva Barbosa adianta que todos os preparativos estão sendo ultimados pela equipe da assistência social para a realização do evento, inclusive a preparação do local que esse ano será realizada na Igreja Vida, no Centro.

O coordenador de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Francisco Nunes, confirmou que 96 casais estão habilitados para a 2ª cerimônia do "Casamento Comunitário" em Davinópolis.

"Esse é mais um evento que integra a grade da programação antecipada do aniversário de 33 anos de fundação de nossa cidade que será comemorada esse ano no final do mês", finalizou. (Gil Carvalho)

Mais de 90 casais em cerimônia conjunta

Será promovido amanhã o segundo casamento comunitário realizado pelo TJMA, em Davinópolis

DAVINÓPOLIS

Amanhã, em Davinópolis será realizada a cerimônia do 2º Casamento Comunitário, às 14h, na Igreja Vida, localizada na Rua Mensageiro da Paz, no Centro.

A secretária municipal de Desenvolvimento Social, Marinalva Barbosa Melo, informa que o evento é promovido em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Prefeitura de Davinópolis.

O projeto tem grande relevância social ao contemplar a regularização do estado civil de casais hipossuficientes que já vivem maritalmente. “A iniciativa simboliza a proteção da família, a ampliação dos direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários”, frisa a gestora.

Marinalva Barbosa adianta que todos os preparativos estão

sendo ultimados pela equipe da assistência social para a realização do evento, inclusive a preparação do local que esse ano será realizada na Igreja Vida, no Centro.

Cerimônia será realizada na Igreja Vida

O coordenador de Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Francisco Nunes, confirmou que 96 casais estão habilitados para a 2ª cerimônia do casamento.

“Esse é mais um evento que integra a grade da programação antecipada do aniversário de 33 anos de fundação de nossa cidade que será comemorado no fim deste mês”, informa o coordenador. ●

Acusado de matar escrivã vai a júri popular em Caxias

Assassinato ocorreu no mês de maio de 2014, dentro da Delegacia da Mulher, naquela cidade

O julgamento do lavrador Francisco Alves da Costa, de 43 anos, foi iniciado ontem de manhã, no Fórum Desembargador Arthur Almada Lima, em Caxias, e até a tarde de ontem não tinha terminado. O juiz Anderson Sobral presidiu a sessão. O lavrador foi a júri popular pela morte da escrivã da Polícia Civil, Loane Maranhão da Silva, de 32 anos, e pela tentativa de homicídio também de outra escrivã, Marilene Almeida, ocorridas no dia 15 de maio de 2014. O crime ocorreu dentro da Delegacia da Mulher, naquela cidade. O resultado será divulgado hoje.

Parentes e amigos da escrivã marcaram presença no julgamen-

Resultado do julgamento será anunciado hoje

to. A mãe de Loane, Eliane Maranhão da Silva, disse que espera por justiça. "Depois desses dois anos da morte da minha filha, então, a gente espera que seja feita justiça e seja dada uma pena máxima a esse homem. Ele matou a minha filha e ainda tentou matar outra pessoa", desabafou Eliane Maranhão.

Os dois representantes da Defensoria Pública não quiseram falar sobre o assunto, enquanto a Promotoria de Justiça, que estava sendo representada pelo promotor Vicente Gildásio, afirmou que iria pedir a pena máxima por homicídio duplamente qualificado e por tentativa de homicídio também qualificada contra a escrivã Marilene Almeida, que ficou ferida durante a ação criminosa.



Francisco Alves da Costa foi a julgamento ontem, em Caxias

O crime

Loane Maranhão tomava o depoimento de Francisco Alves, na Delegacia da Mulher de Caxias. Ele era acusado de ter abusado sexualmente das próprias filhas, uma de 17 anos e outra de 20 anos. Durante o depoimento, ele pegou uma faca, que estava sobre a mesa da escrivã, e desferiu uma facada no pescoço da vítima.

Marilene Almeida, ao tentar socorrer a amiga, também foi esfaqueada. As duas vítimas foram levadas para o hospital da cidade, mas Loane Maranhão não resistiu. O acusado tentou fugir e acabou preso em flagrante na rodoviária de Caxias. No ano passado, ele foi condenado a mais de 70 anos de prisão por abusar das filhas. ●

Audiência tentará pôr fim à greve de docentes municipais

Encontro entre representantes da categoria, do Poder Judiciário e da Prefeitura de São Luís será na sede do TJ; mediação será a segunda em uma semana

Uma audiência, na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), às 16h de hoje, poderá selar o fim da greve dos professores da rede pública municipal – iniciada no dia 26 de maio e que já dura 13 dias. O encontro deverá contar com representantes do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação), da Prefeitura de São Luís e do Poder Judiciário.

Na ocasião, o desembargador Lourival Serejo – que no dia 31 do mês passado deferiu uma liminar determinando a suspensão do movimento grevista dos docentes – deverá propor ao Município a quitação do repasse da elevação salarial dos trabalhadores. Enquanto os professores querem um aumento de 11,36% nos vencimentos e pagos de forma integral, a Prefeitura informou que somente poderá repassar um reajuste de 10,67% de forma parcelada em três vezes.

A Prefeitura justifica que não pode dar o percentual solicitado pelos docentes, já que a administração pública passa por um momento de contenção de despesas. O fato foi comentado na audiência entre docentes e Município, realizada na sexta-feira, 3, no TJ, pelo secretário municipal de Planejamento e Desenvolvimento de São Luís, José Cursino.

Em contrapartida, os docentes informaram que somente o percentual solicitado de 11,36% poderá atender aos interesses dos trabalhadores, já que a proposta de aumento tem como base, de acordo com o Sindeducação, nos índices inflacionários dos últimos meses.

Aulas

Apesar da suspensão das atividades dos docentes, em algumas escolas da capital maranhense, é possível ver que as aulas transcorrem normalmente. Na UEB Luís Viana,

SAIBA MAIS

No dia 25 do mês passado, o Ministério Público do Estado (MP), por meio da Promotoria da Educação, solicitou da Prefeitura de São Luís e do Sindeducação documentos sobre o repasse de verbas federais ao Município para a manutenção da educação básica e fundamental. Segundo informações do MP, os documentos estão sob posse dos promotores Paulo

Avelar e Maria Luciane Belo, que deverá convocar uma reunião entre a Prefeitura e os docentes para tratar sobre o repasse do aumento salarial dos trabalhadores. De acordo com o Sindeducação, o encontro, mediado pelo MP, deverá ocorrer na sede das promotorias da capital no próximo dia 13, em horário a ser confirmado.

no bairro Alemanha, **O Estado** constatou na tarde de ontem que os estudantes estão tendo aula.

Após a audiência de hoje, os professores decidirão pela interrupção definitiva ou não do movimento grevista em assembleia com representantes da categoria. De acordo com informações da as-

essoria do Sindeducação, o encontro acontecerá no dia 14 deste mês, às 8h30, na sede da Fetiema – localizada ao lado da Praça da Bíblia, no Centro.

Multa

Além de determinar a suspensão do movimento grevista, o desem-



Em algumas escolas, como a UEB Luís Viana, alunos têm aulas

NÚMEROS

13

é a quantidade de dias da greve dos professores do Município

11,36%

é o percentual solicitado pelos docentes à Prefeitura

bargador Lourival Serejo também informou que o Sindeducação arcaria com uma multa de R\$ 10 mil por dia, em caso de descumprimento da medida.

O Sindeducação foi notificado da decisão às 15h30 do dia 1º deste mês. No mesmo dia, o corpo jurídico da entidade recorreu da decisão judicial. Até o fechamento desta edição, não havia qualquer posicionamento sobre o recurso

elaborado pelo Sindeducação

Em nota, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) informou que atualmente conta com 77% das escolas da rede fundamental de ensino com suas atividades funcionando parcialmente ou normalmente. Já na educação infantil, de acordo com a pasta, o índice chega a 83 % das escolas em atividades normais ou parcialmente. ●

Acessibilidade no Fórum

Estão garantidas as mudanças necessárias para facilitar o acesso de pessoas com deficiência no Fórum Desembargador Sarney Costa.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, reuniu-se com o presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, Dylson Bessa, com o defensor público estadual do Núcleo de Defesa da Saúde, do Idoso e da Pessoa com Deficiência, Bento Pereira Filho, e com representantes do Sindjus.

Cunha autorizou as intervenções necessárias no prédio. E enfatizou que as providências só poderão acontecer com a cobertura das licitações, já em andamento.

Inscrições para projetos sociais no 1º Juizado Especial

As inscrições para projetos sociais seguem abertas até o dia 17 de junho, no 1º Juizado Especial Criminal. Os projetos selecionados receberão recursos financeiros arrecadados pela unidade judicial.

Certidões negativas do TJMA podem ser emitidas via internet

As certidões negativas para fins eleitorais, de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa – no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Maranhão – já podem ser emitidas gratuitamente no Portal do Poder Judiciário.

Para emissão do documento, o interessado deve acessar o link “Certidão Estadual”, atalho do sistema Juris Consult, no site do Tribunal de Justiça e escolher a natureza da certidão dentre “Ações Penais”, “Improbidade Administrativa” e “Fins Eleitorais”.

Em seguida, basta o requerente informar o nome completo (sem abreviações), filiação, e o número do CPF (no caso de pessoa física) ou CNPJ (no caso de pessoa jurídica) do pesquisado. O documento pode ser emitido em quantas vias forem necessárias, evitando problemas como perda e rasura do documento.

As certidões serão processadas exclusivamente pelos sistemas eletrônicos THEMIS PG, THEMIS SG, VEP/CNJ e PJE, com base nos registros do banco de dados, não podendo ter seu conteúdo modificado pelos servidores responsáveis pelo seu processamento e liberação.

O resultado da consulta será informado automaticamente pelo sistema, entre os processos em tramitação, sobrestados e suspensos cons-

tantes da Tabela Processual Unificada do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que conste o nome pesquisado no polo passivo da ação.

O sistema não emitirá certidões quando houver homônimos (nomes iguais) no banco de dados. Nos casos em que o pesquisado possua homônimo as certidões serão solicitadas diretamente aos setores competentes.

Na impossibilidade de emissão de certidão relativa a feitos de 2º Grau, o solicitante deverá dirigir-se à Diretoria Judiciária do TJMA. Não conseguindo emitir certidão relativa a feitos de 1º Grau, ele deverá dirigir-se à unidade judicial (comarca) em que consta a possível homonímia.

O prazo para liberação das certidões de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa é de até três dias úteis. Para as certidões para fins eleitorais o prazo é de até dois dias úteis, contados a partir da data de solicitação. A autenticidade das certidões poderá ser verificada no Portal do Poder Judiciário, mediante preenchimento do número do documento, ficando disponível por trinta dias, contados a partir da data de sua liberação. Ao término do prazo mencionado, as certidões perdem a validade, não permitindo ao usuário acesso aos seus respectivos registros de autenticidade.

Liminar que pedia recadastramento no TCE é derrubada

Desembargador cassa liminar que obrigava o TCE a recadastrar seus servidores e pedia a disponibilização de informações sobre Thiago Maranhão, filho de Waldir Maranhão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, derrubou a liminar concedida pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, que obrigava o Tribunal de Conta do Estado (TCE-MA) a recadastrar seus servidores e disponibilização de informações sobre Thiago Augusto Azevedo Maranhão Cardoso, que recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio-alimentação sem trabalhar no órgão.



A liminar foi derrubada pelo desembargador Cleones, que considerou a decisão uma lesão à ordem pública

afirmou, por nota, que realizará o recadastramento dos seus servidores independentemente da decisão do Tribunal de Justiça, que acolheu os argumentos do recurso impetrado.

Segundo o desembargador, a decisão configura-se como uma lesão à ordem pública, além de ser uma interferência do Judiciário no TCE. Na última segunda-feira (6), servidores do tribunal de contas prestaram depoimento no ministério público.

Ainda em nota, o TCE diz que a decisão de realizar o recadastramento foi tomada por unanimidade entre os conselheiros da Corte de contas em sessão do pleno e publicada no diário oficial do dia 25 de maio do corrente ano. O levantamento está previsto para se iniciar em até 15 dias, logo que sejam ultimados o cronograma administrativo e os detalhes técnicos para a efetiva realização dos trabalhos. O prazo de conclusão é de até 180 dias.

**15
dias**

é o prazo que o TCE deu para fazer o recadastramento

O desembargador atendeu a um pedido do próprio TCE-MA suspendendo em parte a liminar concedida pelo juiz Douglas Martins. Apesar da decisão favorável, o tribunal de contas

**R\$ 7,5
MIL**

era o que Thiago Maranhão recebia do TCE sem trabalhar



RECONHECIMENTO

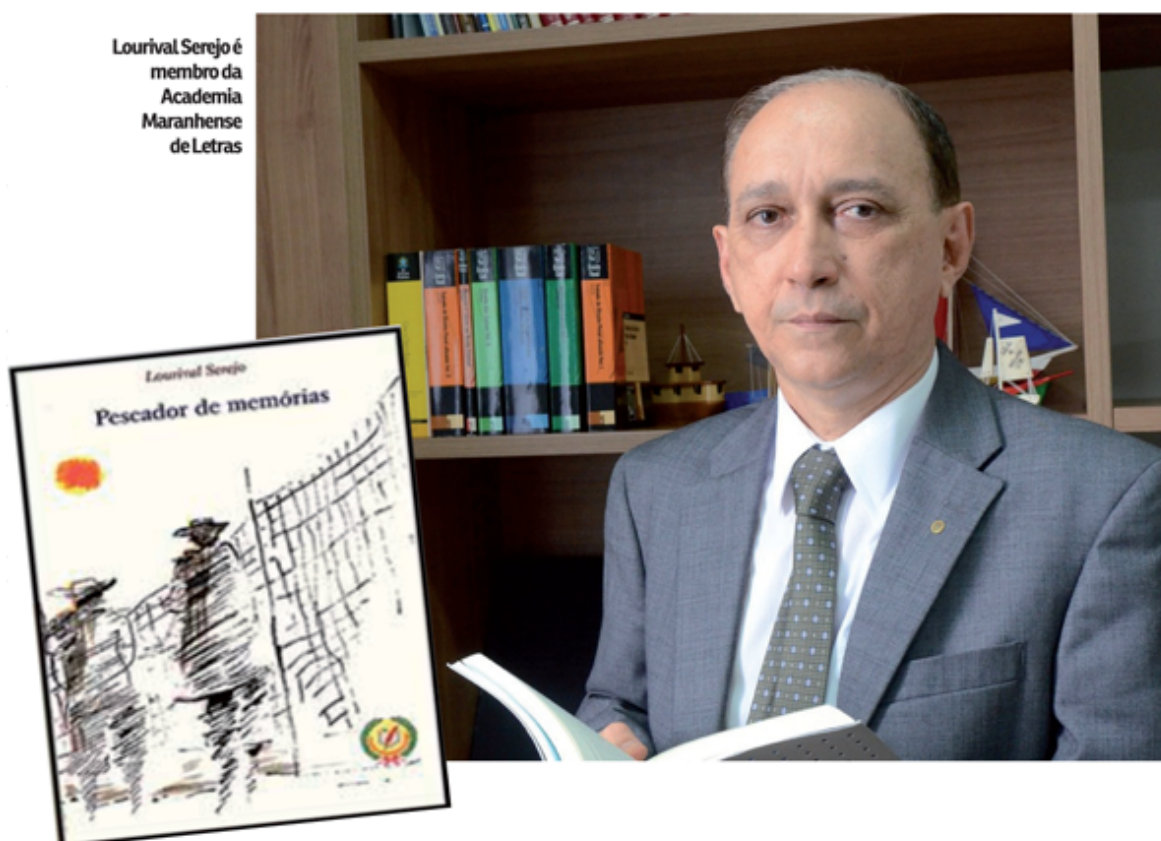
Desembargador
Lourival Serejo é
premiado por obra
literária na Itália

IMPAR

GESTÃO CULTURAL.....

Livro de desembargador é premiado na Itália

Lourival Serejo é
membro da
Academia
Maranhense
de Letras



O livro *O Pescador de Memórias*, de autoria do desembargador Lourival Serejo, é um dos vencedores do concurso literário, organizado pela conceituada Academia Internazionale “Il Convivio”, com sede em Castiglione de Sicilia, na Itália.

Mais de 830 escritores de toda a Europa e das Américas participaram do concurso, que homenageia um dos mais importantes escritores sicilianos do século XVI, Antonio Filoteu Omodei. Concedida anualmente, a premiação é uma das mais importantes do mundo, na seara da literatura.

O livro *Pescador de Memórias* – primeira obra poética do magistrado – reúne 36 poemas, em 96 páginas, onde Lourival Serejo – membro da Academia Maranhense de Letras – incorpora a figura de um pescador, lançando suas redes, trazendo lembranças do cotidiano da cidade, conhecida pela pesca artesanal.

O magistrado enfatiza que Viana é uma terra de pescadores e, como poeta, ele incorporou um desses trabalhadores, fazendo avaliação do tempo e de personagens, e explicando alguns pontos necessários para o leitor não vianense, aspectos que têm certo peso histórico, sentimental e quase folclórico.

O prefácio do livro é da la-

vra do professor e mestre em Teoria Literária, Joaquim Gomes. O cartunista maranhense Jesus Santos é o autor das ilustrações da obra, na qual o jo utiliza-se do universo lírico do lago de Viana como fonte de inspiração.

O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa nasceu no município de Viana (MA). da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras.

Entre suas obras literárias publicadas, estão: *O presé-*

Antônio Lobo, Da Aldeia de Maracu à Vila de Viana, Entre Viana e Viena e Pescador de Memórias.

Na área jurídica: *Contribuições ao estudo do Direito,*

Direito Constitucional da Família, Provas ilícitas no Direito de Família, A família partida ao meio, Formação do Juiz: anotações de uma experiência, Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional, Os Novos Diálogos do Direito de Família e Direito Eleitoral.



Número de poemas
reunidos no livro
Pescador de Memórias



Número de escritores que
participaram do concurso

Esclarecimento



Na matéria “PT busca se refazer para eleições”, publicada na edição da última segunda-feira (6), consta uma foto em que o vereador Honorato Fernandes aparece ao lado de Aníbal Lins (**foto**), ex-presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Maranhão. Em contato com a reportagem, Aníbal explicou que não apoia e que não tem nenhum tipo de aproximação com o vereador. A imagem foi publicada de forma meramente ilustrativa. Aníbal se desencompabilizou da função no Sindjus na semana passada e irá pleitear uma vaga na Câmara dos Vereadores.

Livro do desembargador Lourival Serejo é premiado na Itália

O livro “O Pescador de Memórias”, de autoria do desembargador Lourival Serejo, é um dos vencedores do concurso literário, organizado pela conceituada Academia Internazionale “Il Convivio”, com sede em Castiglione de Sicilia, na Itália.

Mais de 830 escritores de toda a Europa e das Américas participaram do concurso, que homenageia um dos mais importantes escritores sicilianos do século XVI, Antonio Filoteu Omodei. Concedida anualmente, a premiação é uma das mais importantes do mundo, na seara da literatura.

O livro “Pescador de Memórias” – primeira obra poética do magistrado – reúne 36 poemas, em 96 páginas, onde Lourival Serejo – membro da Academia Maranhense de Letras – incorpora a figura de um pescador, lançando suas redes, trazendo lembranças do cotidiano da cidade, conhecida pela pesca artesanal.

O magistrado enfatiza que Viana é uma terra de pescadores e, como poeta, ele incorporou um desses trabalhadores, fazendo avaliação do tempo e de personagens, e explicando alguns pontos necessários para o leitor não vianense, aspectos que têm certo peso histórico, sentimental e quase folclórico.

Ribamar Pinheiro



O prêmio concedido ao desembargador Lourival Serejo é um dos mais importantes do mundo

O prefácio do livro é da lavra do professor e Mestre em Teoria Literária, Joaquim Gomes. O cartunista maranhense Jesus Santos é o autor das ilustrações da obra, na qual o desembargador Lourival Serejo utiliza-se do universo lírico do lago de Viana como fonte de inspiração.

O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa nasceu no Município de Viana (MA). Na Academia Maranhense de Letras, ocupa a cadeira nº 35. Também é membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras.

Entre suas obras literárias

publicadas, estão: “O presépio queimado”, “Rua do Porto”, “O Baile de São Gonçalo”, “Do Alto da Matriz”, “Na Casa de Antônio Lobo”, “Da Aldeia de Maracu à Vila de Viana”, “Entre Viana e Viana” e “Pescador de Memórias”.

Na área jurídica: “Contribuições ao estudo do Direito”; “Direito Constitucional da Família”; “Provas ilícitas no Direito de Família”; “A família partida ao meio”; “Formação do Juiz: anotações de uma experiência”; “Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional”, “Os Novos Diálogos do Direito de Família” e “Direito Eleitoral”. (Ass-com TJMA)

Acusado de matar escrivã da Polícia Civil é condenado a 35 anos de prisão em Caxias

Em júri promovido pela 2ª Vara da Comarca de Caxias nesta terça-feira (7), o acusado Francisco Alves Costa foi condenado a 35 anos de prisão em regime fechado pelos crimes de homicídio e tentativa de homicídio cometidos, respectivamente, contra a escrivã Loane Maranhão da Silva Thé e contra a investigadora de polícia Marilene Santos Almeida. Presidiu o julgamento o juiz titular da Vara, Anderson Sobral de Azevedo.

De acordo com a denúncia, no momento em que Loane colhia o depoimento do réu, fazendo as perguntas e digitando

as respostas, o acusado, aproveitando-se disso, investiu contra a escrivã, atingindo-a no tórax com uma faca, causando-lhe a morte. Ato contínuo, quando fugia do local do crime, golpeou, ainda com a faca, e também no tórax, a investigadora de polícia Marilene Santos Almeida, que tentava socorrer a colega de trabalho ferida.

Os crimes ocorreram no dia 15 de maio de 2014, por volta das 12h, no cartório da Delegacia Especializada da Mulher (DEM), em Caxias, onde o condenado prestava esclarecimentos sobre possíveis crimes de estupro praticados contra as suas (dele)



Fotos| Divulgação
Francisco Alves chega para ser julgado pela morte da escrivã Loane

duas filhas menores. Quebrando a porta da delegacia para fugir, o réu dirigiu-se a sua residência, onde foi detido pelas guarnições da Polícia Militar e da Polícia Civil que o perseguiam desde a saída do local do crime. Interrogado, Francisco afirmou

que cometeu o homicídio contra Loane por achar que seria preso pelo estupro das filhas menores, crime que o réu confessou por ocasião do interrogatório. A Justiça negou o direito de o condenado recorrer em liberdade e manteve-lhe a prisão preventiva.

Projetos

As inscrições para projetos sociais seguem abertas até o dia 17 de junho no 1º Juizado Especial Criminal.

Os projetos selecionados receberão recursos financeiros arrecadados pela unidade judicial através de prestações pecuniárias, composições civis, transações penais e suspensão condicional do processo. As inscrições podem ser feitas na sede do Juizado (3º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, Calhau) no horário das 8h às 14h.

Certidões negativas do TJMA podem ser emitidas via internet

As certidões negativas para fins eleitorais, de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa – no âmbito do 1º e 2º grau de jurisdição do Poder Judiciário do Maranhão – já podem ser emitidas gratuitamente no Portal do Poder Judiciário. Para emissão do documento, o interessado deve acessar o link “Certidão Estadual”, no site do Tribunal de Justiça e escolher a natureza da certidão dentre “Ações Penais”, “Improbidade Administrativa” e “Fins Eleitorais”.

Em seguida, basta o requerente informar o nome completo (sem abreviações), filiação, e o número do CPF (no caso de pessoa física) ou CNPJ (no caso de

pessoa jurídica) do pesquisado. O documento pode ser emitido em quantas vias forem necessárias. As certidões serão processadas exclusivamente pelos sistemas eletrônicos THEMIS PG, THEMIS SG, VEP/CNJ e PJE, com base nos registros do banco de dados, não podendo ter seu conteúdo modificado pelos servidores responsáveis pelo seu processamento e liberação. O resultado da consulta será informado automaticamente pelo sistema, entre os processos em tramitação, sobrestados e suspensos constantes da Tabela Processual Unificada do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que conste o nome pesquisado no polo passivo da ação.